

Governo negocea empréstimos para alunos

Para o último debate mensal do ano com os deputados, no Parlamento, José Sócrates levou um conjunto de propostas de mudança para o ensino superior. PSD tem projecto sobre o assunto à espera na Assembleia da República. O Executivo está a negociar com os bancos portugueses um regime que facilite a concessão de empréstimos aos estudantes

① Susete Francisco ② José Carlos Carvalho



Ensino superior | Com o ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Mariano Gago, sempre ao seu lado no debate parlamentar, José Sócrates enfrentou os partidos da oposição

O Governo está a negociar com os bancos a concessão de empréstimos a estudantes, sem necessidade de apresentação de garantias. Uma medida inscrita na reforma do ensino superior que o Go-

verno quer implementar em 2007 e que o primeiro-ministro foi ontem anunciar ao Parlamento. Ainda em linhas gerais, a reforma prometida pelo Executivo já gerou críticas entre os partidos da oposição.

De acordo com as afirmações de José Sócrates, já à saída do debate mensal no Parlamento, o Governo está em conversações com "todos os bancos", no sentido permitir o crédito a estudantes, sem que as entida-

des bancárias exijam garantias patrimoniais ou de rendimento. Uma medida que, defende o primeiro-ministro, visa facilitar o acesso ao superior – o objectivo traçado pelo Executivo passa por aumentar em 50% nos próximos dez anos o número anual de diplomados.

Outra área em que José Sócrates quer mexer é a do financiamento do ensino superior. Não para aumentar as verbas, hipótese que ficou afastada

– para Sócrates há que "fazer mais" com o mesmo dinheiro –, mas para alterar o modelo de financiamento. Ao invés de uma distribuição uniforme dos fundos, a nova reforma prevê o financiamento através de um sistema de contratos institucionais, que contemplarão planos estratégicos e indicadores de desempenho. Ou seja, as instituições de ensino superior passarão a ser financiadas em função dos seus resultados, sendo também premiadas pela obtenção de fundos próprios.

"A acção do Governo no ensino superior tem sido de imobilismo, críspação e cortes financeiros"

MARQUES MENDES

"Não posso ser julgado por ter cão e por não ter"

JOSÉ SÓCRATES

"Gosta tanto de falar na Finlândia, siga-lhe o exemplo. Além de os alunos não pagarem propinas, mais de 70% têm apoio social!"

JERÓNIMO DE SOUSA

Proposta de Junho do PSD prevê reitor externo e financiamento por objectivos

A 2 de Junho deste ano, o PSD apresentou o Projecto de Lei n.º 271/X, em que propunha uma nova "lei da autonomia e de gestão das instituições de ensino superior". No diploma, os sociais-democratas apresentavam algumas propostas e princípios semelhantes aos agora anunciados pelo primeiro-ministro. Entre estes contava-se a obrigatoriedade de as instituições apresentarem planos de desenvolvimento plurianuais e de o seu financiamento ser sujeito a critérios como a qualidade do ensino ministrado

e as investigações desenvolvidas. A abertura à sociedade civil era também contemplada, sendo que, no entendimento do PSD, o órgão de desenvolvimento estratégico das instituições deveria mesmo ser composto por uma "maioria de elementos externos".

Ao nível da eleição do reitor, os sociais-democratas iam mais longe do que os socialistas, admitindo não só a escolha de um professor externo à instituição como de qualquer outra pessoa. **IPST**

PSD quer mais sociedade civil

A primeira crítica à reforma anunciada por José Sócrates veio da bancada do PSD, pela voz de Luís Marques Mendes, e em linguagem "escolar" pode traduzir-se por... "copianço". "Várias das orientações apresentadas vêm ao encontro de um projecto de lei que o PSD apresentou há seis meses", argumentou o líder social-democrata, antes de

1000 64%

Cerca de mil milhões de euros é quanto vão receber as universidades e os politécnicos em 2007 para despesas de funcionamento. A maior fatia, 708 milhões, é para as universidades. 294 milhões são para os politécnicos.

Dos alunos matriculados no ensino superior público em Portugal, cerca de dois terços (64%) optam por estudar nas universidades. Contra apenas 36% de estudantes que escolhem os politécnicos para estudar.

O que Sócrates propõe

- ❶ **Instituições** Órgão máximo de cada uma deve ser colegial e aberto à sociedade civil.
- ❷ **Dinheiro** Gestão integral dos recursos humanos e financeiros a ser feita pela própria instituição.
- ❸ **Recursos existentes** Sem aumentar o dinheiro do Estado, conseguir racionalizar a rede de escolas, melhorar o desempenho e reduzir o número de cursos.
- ❹ **Financiamento** Passa a ser feito com base em planos e indicadores de desempenho, em vez da actual fórmula uniforme.
- ❺ **Empréstimos** Novo sistema alargado, com acesso mais fácil aos estudantes, a apresentar em 2007.
- ❻ **Estatutos** Vão ser revistos os da carreira docente e de investigação.

Reitores querem “corrigir desnorte e inação na gestão do ensino superior”

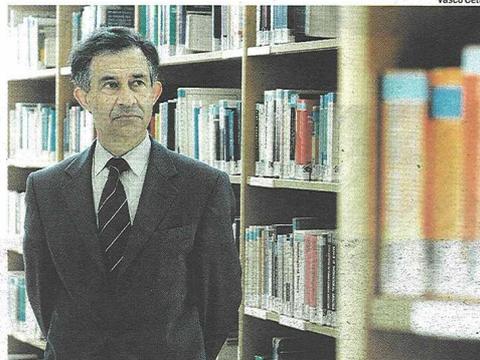
① Pedro Sousa Tavares

Os reitores ficaram satisfeitos com a intervenção no Parlamento do primeiro-ministro, José Sócrates. Até porque, dizem, muitas das medidas anunciadas “vêm no sentido” do que as instituições vêm pedindo para o ensino superior. Quanto à sua aplicação, contudo, optam pela postura do “ver para crer”.

“A intervenção do senhor primeiro-ministro é muito boa e tenho uma concordância geral com grande parte das mudanças propostas”, disse ao DN António Nóvoa, reitor da Universidade de Lisboa. “Agora”, acrescentou, “essa intervenção em grande parte vem corrigir um certo desnorte e inação que tem havido por parte do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior na maneira de governar o sector”, acusou.

“A abertura à sociedade das instituições, a prestação de contas pelo seu desempenho e o financiamento em função deste são aspectos que eu próprio tinha defendido no meu discurso de abertura do ano académico”, ilustrou. “No entanto, julgo que é uma correcção enorme em relação ao que tem sido a política do ministério, que este ano volta a fazer cortes cegos e por igual”.

Lopes da Silva, reitor da Universidade Técnica de Lisboa e presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), identifica também no discurso de José Sócrates



Universidade do Algarve | Adriano Pimpão concorda com mudanças

“um conjunto de princípios que vêm ao encontro das propostas que o sector vem fazendo há muito”.

Entre estas, destaca a necessidade de se dar às instituições “uma maior autonomia com maior responsabilidade, nomeadamente através da obrigação da demonstração pública de desempenho”. Outro aspecto crucial, para Lopes da Silva, é a anunciada revisão do estatuto da carreira docente do superior: “Precisa de ser reformulado”, admitiu. “Foi de uma importância notável no desenvolvimento das instituições, mas está ultrapassado”.

O reitor da Universidade Técnica também considera que “até este momento, nenhum destes pontos teve realizações concretas”. No entanto, diz também que agora é preciso alguma modera-

ção na forma como as mudanças serão implementadas: “tem que ser feito com alguma velocidade, mas não de uma forma que ‘ataque’ as instituições”, avisou.

“Exagero na generalização”

Adriano Pimpão, reitor da Universidade do Algarve, mostrou também “concordância, no geral”, com o que foi dito pelo primeiro-ministro, mas identificou “algum exagero generalista” nas palavras de José Sócrates: “Ao nível do financiamento, embora seja necessário melhorar, a investigação e o sucesso já estão nas fórmulas”, considerou, em declarações ao DN. Por outro lado, o reitor considerou que “nem tudo está nas mãos das instituições. A abertura à sociedade civil também tem que partir desta”, ilustrou. ■

➔ Banca faz empréstimos Caixa Geral de Depósitos, BCP, Santander e BES já têm ofertas

Os grandes grupos financeiros portugueses já dispõem de ofertas de empréstimos especificamente destinados aos estudantes universitários. A Caixa Geral de Depósitos, por exemplo, até já concede financiamentos sem exigir a apresentação de garantias, ainda que, neste caso, a taxa de juro a cobrar seja mais elevada, uma vez que o risco do crédito aumenta. Este empréstimo pode ser contratado a 11 anos. No caso do BCP, o prazo máximo do crédito é de 7,5 anos, sendo que o banco empre-

ta um máximo de 25 mil euros. Também neste banco, há opções de financiamento que não exigem a apresentação de livranças (garantias de pagamento). O BES é o que admite emprestar mais dinheiro (até 30 mil euros), já o Santander Totta apresenta a originalidade de a taxa de juro descer se o aproveitamento do estudante for, em média, igual ou superior a 14 valores. A banca tem também créditos para aquisição de equipamento informático, livros e outro material de apoio. ■^{MJ6}

➔ Propinas sem aumentos Contribuições das famílias só devem subir após sistema de empréstimos

As propinas do ensino superior não vão aumentar. Pelo menos, no próximo ano. A garantia foi dada no Parlamento por José Sócrates, que assim segue a recomendação feita no relatório da OCDE entregue a Mariano Gago. Nesse documento defende-se não haver condições para novos aumentos até ser criado um sistema de empréstimos bancários para estudantes – que o Governo assegura estar já a negociar com a banca para vigorar em 2007, o que poderá permitir novas medidas nas pro-

pinas em 2008. Este ano lectivo, recorde-se, as universidades e os politécnicos deverão arrecadar mais de 225 milhões de euros com propinas (foram 209 milhões em 2005/2006). A verba vem inscrita no Orçamento do Estado e reflecte o crescimento progressivo registado desde 2001 nas contribuições das famílias para o ensino superior público. Até 2004, o aumento anual médio foi de 21%. A propina máxima é hoje de 900 euros, o que representa 15% do custo médio de uma licenciatura. ■

apontar as divergências com a proposta do Governo. Onde esta contempla que o órgão máximo de cada universidade deve ser eleito, e composto por uma maioria de professores, o PSD contrapõe que a posição maioritária deve pertencer à “sociedade civil”. Onde o Governo estipula que os reitores (que passam a ser escolhidos pelo Senado ou Conselho-Geral) terão de ser professores, os sociais-democratas dizem que esta é uma questão que deve ser decidida por cada uma das universidades.

Para o PCP, a reforma não é mais que uma forma de “desresponsabilizar o Estado, passando para as famílias os custos da educação”. O “que o Governo propõe é endividem-se agora e paguem depois”, acusou o secretário-geral comunista, Jerónimo de Sousa, numa intervenção que levaria Sócrates a garantir que as propinas dos universitários não vão aumentar. Já Francisco Louçã, do BE, criticou o fim da eleição dos reitores e a futu-

ra designação por uma “comissão nebulosa”.

Sócrates exige desculpas

Se o debate foi dedicado ao ensino superior, o mais acedo confronto ficou ontem por conta de outro tema – a política energética. A recente demissão do presidente da Entidade Reguladora para os Serviços Energéticos (ERSE) levou toda a oposição a acusar o Governo de querer controlar esta entidade (*Página 5 do caderno de Economia*).

Quem também tinha uma crítica – muito específica – a deixar era José Sócrates. “Eu andava para lhe dizer isto”, atirou ao social-democrata Agostinho Branquinho: “Deve-me uma desculpa pessoal. Fez afirmações levianas e irresponsáveis que não pôde sustentar”, acusou o primeiro-ministro, referindo-se às acusações de ingerência na RTP que o deputado do PSD tem dirigido ao gabinete de Sócrates. ■